

“TEM QUE VER LÁ NAS CAIXAS DO ARQUIVO”: O LUGAR DA AGRICULTURA FAMILIAR NAS TERRAS DA “RAINHA DA SOJA”

Hemily Sued Alves Costa ¹
Dimas Moraes Peixinho ²

RESUMO

O presente relato de experiência busca evidenciar as questões que perpassam o pesquisador no seu processo de levantamento de dados secundários. Apresentando com isso a realidade da pesquisadora no campo da Geografia Agrária, onde a mesma foi aos poucos percebendo que os caminhos percorridos no levantamento de dados oficiais dos assentamentos de Agricultura Familiar no município de Itiquira - Mt retornavam para o mesmo ponto de partida. Dessa forma, constrói-se uma base teórica acerca da questão agrária brasileira e os contextos históricos de formação da agricultura familiar no município e relata a experiência com lideranças e órgãos públicos ligados a terra e os apontamentos sobre o que a ausência de dados públicos podem evidenciar da realidade agrária brasileira na atualidade.

Palavras-chave: Agricultura Familiar, Questão Agrária, Itiquira – MT.

ABSTRACT

This experience report seeks to highlight the issues that pervade the researcher in his process of collecting secondary data. With this, presenting the reality of the researcher in her scientific research in the field of Agrarian Geography, where she gradually realized that the paths taken in the survey of official data of the Family Agriculture settlements in the municipality of Itiquira - Mt returned to the same point of departure. In this way, a theoretical basis is built about the Brazilian agrarian question and the historical contexts of formation of family farming in the municipality and reports the experiences with leaders and public agencies linked to the land and the notes about what the absence of public data can show of the Brazilian agrarian reality today.

Keywords: Family Farming, Agrarian Question, Itiquira – MT.

INTRODUÇÃO

A pesquisa científica perpassa a experiência do pesquisador, dessa forma os apontamentos aqui realizados partem da observação realizada no processo inicial da escrita da tese de doutoramento, que tem como foco compreender o cotidiano da agricultura familiar, sobretudo os pilares que a estrutura dentro da questão agrária brasileira, a cada dia desigual.

¹ Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal de Jataí. hemily.costa@discente.ufj.edu.br

² Professor Titular do Programa de Pós- graduação em Geografia da Universidade Federal de Jataí.. dimas_peixinho@ufj.edu.br

Neste sentido, os apontamentos e discussões trazidas para este relato, considera avaliar os processos de levantamentos dos dados secundários da pesquisa, sobretudo sobre a constituição legal da formação das áreas de assentamentos rurais de agricultura familiar no município de Itiquira-MT, que foi considerado um dos maiores na produção de soja quando a fronteira agrícola se expandia na porção sudeste do estado de Mato na transição dos anos de 1990 a 2000, sendo a razão para ficar conhecida como a “cidade” “Rainha da Soja” do estado,

Uma vez que se constata que os processos de aquisição de documentos junto ao poder público, sobretudo pelas instituições responsáveis pelas questões fundiárias, se mostram restritas, e pouco transparentes. Isso veio então instigar a uma determinada curiosidade consonante a necessidade de também averiguar, discutir e evidenciar os entraves que essa má gestão de dados, tão essenciais, podem causar na sustentação e na existência da agricultura no Brasil.

Dessa forma se expõe aqui a trajetória da pesquisa em torno da consulta a órgãos oficiais como Instituto de Terras e Secretaria de Agricultura, acesso a pessoas responsáveis pela gestão das políticas públicas tais como funcionários públicos dos órgãos já mencionados, sejam os responsáveis pela Agricultura familiar, secretário de agricultura a líderes de cada grupo de assentado da agricultura familiar, afim de estabelecer um breve debate em torno da atuação dos agentes do Estado frente a garantia da existência dos sujeitos da agricultura familiar em Itiquira-MT.

METODOLOGIA

Se adota uma perspectiva de exposição de informações a partir dos elementos de anotações realizadas pela pesquisadora em seu processo de contatos com os sujeitos que ocupam cargos que permitem acessar dados que são vistos como imprescindíveis na elaboração de dados que contribuem na caracterização e identificação de um grupo social que ocupa o campo com suas famílias.

Os apontamentos feitos, não nascem de entrevistas, são notas, rodapés, muitas vezes realizadas nas laterais da agenda ou das folhas de cadernos, em folhas da prancheta nas idas aos órgãos públicos em busca de dados. Após um tempo e de forma despreziosa a pesquisadora percebeu conexões.

Acredita-se que as notas feitas, mesmo como lembretes, servem de base por se entender que uma pesquisa parte de formas lógicas, e essas formas problematizam a realidade “Nesse sentido, as relações de troca não são apenas atos que envolvem coisa, objetos, mas sim

imediatamente valores, sentimentos e consentimentos que implicam reciprocidade” (OLIVEIRA, 1996, p.100), a partir dessa compreensão, que se ampara o relato a ser apresentado.

A partir deste relato, mediante os apontamentos elencados é que se evidencia o cotidiano da pesquisa científica na sua construção dialética, que como já destaca Castanho (1996, p.14) “Há uma razão, uma racionalidade, uma ordem interior, imanente ao próprio objeto, a própria realidade”, logo, daquela etapa vista, de forma simplista, como levantamentos de dados secundários já se é possível entranhar nas problemáticas sociais que perfazem o viver do homem em suas múltiplas formas de relacionar em sociedade.

REFERENCIAL TEÓRICO

Na realidade nacional, Almeida e Paulino (2000, p.122) apontam que a “história brasileira é marcada pelos conflitos no campo e repressão empreendida por milícias privadas e forças institucionais”, elevando a questão agrária para acirradas disputas e debates, uma vez que essas relações sociais, sobretudo de trabalho, levaram a um aumento da consciência dos grupos sociais excluídos da terra.

Aportando numa realidade histórica próxima, Cleps Jr. (2018), aponta a questão agrária, pós-impeachment de 2016, pelo binômio latifúndio-agronegócio e poucas ações que vão ao encontro das reivindicações dos demais grupos sociais que persistem no campo, sobretudo pela derrubada jurídica sobre políticas de fortalecimento do campesinato, e neste relato de experiência não se faz um aprofundamento conceitual sobre camponeses e agricultores familiar, toda a narrativa exposta considera os assentados contemplados nas políticas públicas voltadas nos últimos anos ao fortalecimento da agricultura familiar.

A agricultura familiar surgiu a partir da década de 1990 como um ator social, político e econômico no Brasil, Ghizelini e Araguão (2019), são vistos como parcela da agricultura de base familiar impulsionada a modernização, enquanto outros “não aptos” eram forçados a abandonar o modo de vida camponês devido a expansão da agroindústria, gerando impasses em sua definição, onde:

O conceito de agricultura familiar ainda é intensamente debatido com pesquisadores assumindo posturas diversas, o que por sua vez exerce influência nas estratégias de desenvolvimento, na construção das identidades coletivas, na pauta dos movimentos sociais, na agenda do sistema político demandando ações e até mesmo na forma como se dá a relação campo x cidade. (GHIZELINI E ARAGUÃO, 2019, p.92)

As divergências e convergências em torno dessa questão considera a não ruptura integral entre os dois grupos sociais, uma vez que o campesinato tem sua base na estrutura familiar, porém destoa no campo de considerar que nem toda agricultura familiar seja camponesa, Neves (2012, p.34) afirma que:

Pelos múltiplos significados que contempla, o termo agricultura familiar sinaliza ainda para a minimização de conflitos no campo, por perda de reconhecimento de detratores de espíritos mais conservadores, dado que por ele se prospecta a modernidade no campo e se consolida a expansão da massa de consumidores – ou, como se costuma laurear, a construção de uma classe média no campo

À medida que vai sendo exposta a discussão a agricultura familiar passa a ser definida tanto como categoria analítica, dada as distinções reivindicadas no âmbito acadêmico e como um conceito de análise, e em torno disto a discussão se prossegue, mas a fim de elucidar a agricultura familiar em suas diversas situações sociais, econômicas e histórica, fica aqui entendida.

Em termos gerais, com base em Neves (2012), como forma de organização que constringe certas formas de inserção ao mercado produtor e consumidor, de produção em família assim como a gestão dos estabelecimentos, que concomitantemente interfere na sociabilidade entre famílias de produtores.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo dados do Ibge Cidades, o município de Itiquira no estado do Mato Grosso, possui uma população de 11.478 pessoas, com PIB Per Capita de R\$ 110.925,03, IBGE (2020), sendo que um município centrado nas atividades agrícolas. Em estudo sobre o município, SUED (2018) e Ribeiro (2014) afirmam que este nas décadas de 1980 em diante recebeu incrementos extraordinários, sobretudo no cultivo da soja, de modo que se tornou o maior produtor do estado desta cultura, ficando conhecido nas décadas posteriores de “|Rainha da Soja”.

Houve então o fortalecimento da agricultura de mercado neste município e Sued (2018), constata que paralela a essa ascensão da rainha da soja ocorre um esvaziamento do campo, entendida como a destituição dos posseiros que residiam as terras repassadas pelo Estado aos migrantes sulistas que chegavam.

A mesma autora, destaca que nas décadas seguintes se tem novas premissas de um retorno de trabalhadores ao campo de Itiquira, dessa vez em pequenas ocupações que culminou

no primeiro assentamento de agricultura familiar do município e regularizado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

Os demais assentamentos de agricultura familiar do município se deram mediante a compra de terra de capitalistas e elites políticas regionais, o que autora destaca que os assentamentos foram organizados num “estreitamento das instituições públicas responsáveis por instaurar a justiça social no campo com os capitalistas rurais” Sued (2018, p.135), e desde então já evidenciava os órgãos governamentais como negligentes, até então dando ênfase as questões de infraestrutura e aplicações e distribuição dos investimentos das políticas públicas.

Feito estes apontamentos, começa então evidenciar elementos mais atuais desta conjuntura agrária, dando ênfase ao acesso de documentos que deveriam ser públicos e que regularizam a questão do assentado da agricultura familiar deste município. Os primeiros contatos estabelecidos pela pesquisadora foi com os representantes da Secretaria de Agricultura do município, secretário em um primeiro momento muito receptivo informa que as documentações sobre produção, número de famílias ou programas aos quais cada assentamento do município foram contemplados não era possível encontrar neste órgão.

O secretário de agricultura local orienta procurar os próprios presidentes das associações criadas pelos assentados. Desta forma, seguiu-se na busca por essas informações junto aos presidentes, e cabe ressaltar que de cinco assentamentos no município foi possível ter uma resposta mais direta de apenas um, outro representante agindo de forma honesta afirmou que as terras lá (referindo ao assentamento) quase não encontrava ninguém e que documentação também não tinha mas que com aviso prévio ele poderia procurar as atas da época da criação para podermos analisar, o terceiro consultado, radialista se mostrou muito ocupado e que não sabia de nada sobre o assentamento.

Nessa trajetória por dados, um desses representantes afirma que “eles não tem nada” e que “nem o Intermat tem” (Instituto de Terras de Mato Grosso), informando que tinham alguns registros em cartório porque precisaram se inscrever para algum programa do governo e precisavam de alguma documentação que regularizasse a existência deles, e complementou ligação para eles (Intermat) vai que eles acham algo.

Foi feita enfim a ligação ao Instituto de Terras de Mato Grosso, e após semanas de email's, requerimentos e caindo de ramal em ramal, por sorte chegou-se ao responsável pelo Crédito Fundiário, e após solicitar informações sobre o processo de implantação dos assentamentos da Agricultura Familiar, se constatou choques de denominação dos assentamentos, e ao fim da ligação se concluiu com um “ Tem que ver lá nas caixas do arquivo o que tem sobre o Itiquira”.

Situando que o contexto sobre por onde começar a pesquisa esbarra em saber quem detém as informações oficiais, optou-se por retornar aos presidentes e perguntar acerca de qual empresa de extensão rural havia feito o estudo para implantação do assentamento, já que por experiência nas questões agrárias e pelas orientações dos próprios assentados é sabido que o Estado nas últimas décadas tem “terceirizado” equipes técnicas que fazem os estudos das potencialidades da terra, ação essa necessária no direcionamento dos investimentos, fonte inclusive dos recursos que posteriormente os assentados precisam ter para pagar os bancos.

Neste momento, um dos presidentes dos assentados que foi procurado diz, se eu não me engano o nome da empresa era Alternativa, “acho que ela era lá das bandas de Rondonópolis nunca mais ouvi falar dela”, numa pesquisa feita posteriormente nas plataformas virtuais de pesquisa, só foi encontrada uma empresa de extensão rural com este nome, e o CNPJ da mesma data criação em 2012, nove anos após a implantação do primeiro assentamento criado com Crédito Fundiário no município, e a mesma é registrada como uma empresa do Rio Grande do Norte, e novamente o círculo se fecha.

Nos sites do Intermat – Instituto de Terras do Mato Grosso, ou no SEAF – Secretaria de Agricultura Familiar, ou no SUSAF - Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte ou Secretaria Municipal de Agricultura, não se encontra muita coisa sobre os agricultores familiar do município de Itiquira. Encontra-se ações voltadas a estradas, atividades de assistência técnica, ou em sites clientelista de deputado sobre canalização de recursos ao município, até notícias sobre entrega de títulos se encontra, mas notícias e documentações que regularizaram os assentamentos, até o atual momento da pesquisa de doutoramento ainda não foram encontradas, levando a pesquisadora a questionar sobre qual o lugar da agricultura familiar em município reconhecido pelo agronegócio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As etapas de uma pesquisa científica perspassa por muitos momentos, e cada uma com seus entraves e resultados. A partir da análise das notas que foram criadas pela pesquisadora enquanto se buscava traçar os caminhos que comprovam a existência da agricultura familiar em um município que se apresentou ao estado como rainha da soja, é que cabe considerar o que tamanho descuido pode afetar o desenrolar da questão agrária.

Historicamente a questão agrária do Brasil não se fez por boas intenções, descuidos não são comuns aos grandes proprietários, latifundiários e nem ao Estado que regulamenta e coordena as relações sociais dos indivíduos. Quando essa falta de informação sobre uma classe

ou categoria do campo ocorre, mina a confiança daqueles que ainda crêm que no campo ainda pode-se aproximar de uma justiça social.

Uma vez que sem os dados oficiais de um grupo social, como provar que ele existe ou existiu? Como acompanhar o desenvolvimento e as singularidades de cada organização social? Como entender as necessidades para serem geridas? Quando os próprios órgãos do Estado não detêm essas informações aponta um desleixo com uma parcela da sociedade brasileira que insiste em viver no campo. Se o Estado tem essas informações e as não mantém públicas, então negligencia a transparência para com o desenvolvimento de uma sociedade, ou na pior das hipóteses se torna cúmplice dos interesses daqueles que historicamente detêm o poder no país.

REFERÊNCIAS

CASTANHO, Sergio E.M. Atualidade do Método Dialético. Revista de Educação. PUCCAMP. Campinas. v 1, n1, p. 13-21. Agosto, 1996.

CLEPS JR, J. Descaminhos da Reforma Agrária no Contexto das Reformas Neoliberais e da Crise Político-institucional no Brasil. Revista Okara: Geografia em debate, v.12, n.2, p.649 – 663, 2018

OLIVEIRA, Bernadete A. C. de Castro. MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. A teoria das formas em Lefebvre in: Henri Lefebvre e o Retorno á Dialética. Editora Hucitec: São Paulo, 1996. pp 99-109.

GHIZELINI, André A. Michelato; ARAGUÃO, Lucas. Campesinato e Agricultura Familiar: Divergências e Convergências para o Reconhecimento e Fortalecimento da Agricultura Familiar. Sinais. n.23/1. Jan-Jun. 2019. Vitória – Brasil.

NEVES, Delma. agricultura familiar. IN: CALDART, Roseli Salete (et.al). Dicionário da Educação no Campo. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

STÉDILE, João Pedro. Renda da Terra. In: Dicionário da Educação do Campo. Org: CALDART, Roseli Salete et.al. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

SOUZA, Reinaldo. **A questão agrária e a reforma agrária parcial no Brasil: breves considerações teóricas.** XXIII Encontro Nacional de Geografia Agrária: ajuste espacial x soberania(s): a multiplicidade das lutas e estratégias de reprodução no campo. São Cristóvão – SE. 09 a 13 de nov. 2016.

SUED, Hemily Alves Costa. Os Ritmos e a Produção do Espaço Agrária na Bacia do Rio Itiquira-MT. Dissertação. PPGEU-CUR. UFMT. Rondonópolis. p.142. 2018.